

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP**, realizada pelo aplicativo ZOOM, aos 17 de junho de 2023, com início às 14h00 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Ata da reunião de 20/05; 2) Relatório Global de Atividades; 3) Reunião do CP/CCP, 03 a 05 de julho; 4) Alteração à Lei do CCP; 5) Proposta ao O.E. 2024; 6) Apreciação das conclusões das CTs (2023); 7) Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros Flávio Martins, Amadeu Batel, Ângelo Horto, Lígia Fernandes, Manuel Coelho, Maria de Lurdes De Almeida, Rita Santos e Paulo Martins, em substituição ao Cons. Daniel Loureiro. Participou como convidado o Cons. António Freitas, coordenador de sua CT. Justificaram a ausência os Conselheiros Paulo Marques e Pedro Rupio. Em votação, a ordem de trabalho foi aprovada conforme a convocatória. Passando-se ao ponto 1) Aprovação da Ata da Reunião do dia 20/05, foi aprovada por unanimidade. Passando-se ao ponto 2) Relatório Global de Atividades, o Cons. Flávio Martins informa que foram convidados para esta reunião os Presidentes dos Conselhos Regionais e os Coordenadores das Comissões Temáticas, mas que somente o Cons. António Freitas está presente. Indica também que as sugestões dos Conselheiros Amadeu Batel e Paulo Martins foram incorporadas ao texto, assim como também as observações da Cons. Rita Santos referente ao conteúdo. O novo documento vai ser enviado novamente para uma nova leitura e análise, de maneira a que aqueles que queiram emitir alguma modificação o façam até ao dia 30 de junho e enviem por email a todos os Conselheiros para que estes possam acompanhar as modificações. Este documento final irá ser votado e assinado no dia 3 de julho, primeiro dia da reunião presencial em Lisboa do CPCCP. Todos os presentes concordam pelo que se passa assim ao ponto 3) Reunião do CP/CCP, 03 a 05 de julho. O Cons. Flávio Martins participa que o primeiro dia está tudo confirmado. Referente ao segundo dia a

Deputada do PAN disse que iria dar resposta ao pedido de reunião mais perto da data e também ainda não se tem confirmada a reunião com a Segunda Comissão Parlamentar mas que proximamente haverá resposta e acredita seja positiva. Tudo o demais está confirmado inclusive o jantar com os antigos Secretários de Estado. No terceiro dia anda não se tem resposta sobre a reunião com o GP do BE e a audiência com o Primeiro Ministro. Caso isto não seja factível, ficaria um espaço de hora e meia disponível, pelo que o Cons. Flávio Martins propõe que se convide a Dra. Maria João Ruela para conversar sobre o tema da alteração à Lei e que ela seja portadora perante o Presidente da República das inquietudes do CCP, porque o jantar não seria momento oportuno para falar deste ponto com o Presidente. O Cons. Amadeu Batel receia que não se tenha tempo para discutir e falar abertamente sobre as questões do futuro do CCP. Uma hora e meia é muito pouco tempo para analisar estes 7 (sete) anos de atividade. O Cons. Flávio Martins relembra que no segundo dia ter-se-á uma reunião interna do CPCCP para debater estes aspetos e que então no terceiro dia a reunião seja somente de uma hora e depois continuar-se-ia a conversa durante o almoço com a convidada. O Cons. Paulo Martins considera conveniente enviar o Relatório Global aos diferentes Grupos Parlamentares e a todas as Comissões antes da reunião presencial. A Cons. Maria de Lurdes concorda com a proposta do Cons. Paulo Martins mas manifesta sérias dúvidas de que o leiam pois relembra que em outras oportunidades têm-se mandado documentos e comunicados com meses de antecedência e tem-se comprovado nas reuniões presenciais que não leram absolutamente nada. Também manifestou o seu total desagrado pela falta de resposta do Primeiro Ministro e lembrou que nunca o CPCCP fora recebido durante estes anos apesar de se insistir consecutivamente no pedido de audiência. O Cons. Flávio Martins sugere então que os aportes ao texto do Relatório Global sejam feitos até ao dia 23 com copia a todos

os Conselheiros e depois seria enviada uma versão final na seguinte semana a todos os Grupos e Comissões com uma nota explicativa dizendo que o conteúdo ainda pode ser aprimorado e que somente no dia 3 será assinado para a sua posterior divulgação. Todos os presentes concordaram, pelo que passou-se ao ponto 4) Alteração à Lei do CCP. O Cons. Flávio Martins notificou que até ao momento não tem mais qualquer notícia sobre este ponto. Disse ter estado no Rio de Janeiro com o Prof. José Cesário e questioná-lo sobre este particular mas ele informou não saber mais nada ao respeito, até porque agora ele já não é deputado. O presidente do CPCCP opina que se esta alteração não for aprovada até ao meio do ano, ela somente voltará ao debate no segundo semestre e isto significa que já não haveria eleições este ano e somente no início do próximo ano, no entanto esclarece que isto agora já não é mais responsabilidade do CCP, mas sim da AR e de quem deveria dar algum encaminhamento ágil neste particular. A Cons. Maria de Lurdes entende que o Deputado Maló De Abreu, como presidente deste grupo de trabalho não está a fazer o trabalho de casa. O Cons. Amadeu Batel opina que não há mais nada que o CCP possa fazer e que há que aguardar estas semanas até à reunião presencial do CPCCP para avaliar o trabalho do grupo de trabalho mas que pelo que tem observado eles estão mais focados na discussão das diferentes modalidades de voto e portanto a discussão desta alteração está um pouco esquecida. O Cons. Manuel Coelho informou que esteve com o SECP na Namíbia por ocasião do dia 10 de Junho e opinou que já que Portugal está na era digital, era hora de avançar com o voto eletrónico ao que o SECP disse que isso tinha que ser muito bem analisado. Quando o questionou sobre a alteração à Lei o SECP disse que estava a andar, mas lentamente. Não havendo mais informação sobre este ponto, decidiu-se esperar até à reunião presencial e prosseguir para o ponto 5 ) Proposta ao O.E. 2024. O Cons. Flávio Martins participa que o documento com a proposta do Orçamento de Estado para

2024 foi enviada a todos os Presidentes dos Conselhos Regionais, a todos os Coordenadores das Comissões Temáticas para que debatessem com as suas respetivas mesas esta proposta e enviassem as suas contribuições até o dia 9 e lamenta que até ao momento ninguém se tenha manifestado, pelo que uma vez mais descreve como está atribuído o O.E. 2024: 141.000 para os diversos órgãos colegiados, (CP, CT, CR), 77.000 para as secções locais a serem divididos conforme a futura configuração do CCP e suas secções, 1.000 para manter o “site” do CCP, 20.000 para a contratação de estudos e pareceres, 79.000 para pagamento de dois técnicos e manutenção do gabinete de apoio, 162.000 para o Plenário aquando da toma de posse, o que faz um total de 480.000. O Cons. Amadeu Batel foi informado que o CRE concordou com a proposta e lamenta que não tenham enviado a resposta. A Cons. Rita Santos indicou que o CRAO também debateu e também concordou. Todos os presentes concordaram e portanto a proposta do O.E. 2024 foi aprovada por unanimidade. Continuando assim para o ponto 6) Apreciação das conclusões das CTs (2023). O Cons. Flávio Martins esclarece que somente recebeu as conclusões e pareceres da CEPECACS (CT para o ensino de português no estrangeiro, cultura, associativismo e comunicação social) e da CTQSEFM (CT dos assuntos sociais, economia e fluxos migratórios) e que pôde constatar que são, na sua maioria, similares às de anos anteriores o que demonstra que muitas das questões ainda aguardam por serem resolvidas. A Cons. Rita Santos pergunta se os Conselhos Regionais dialogam com os seus respetivos conselheiros que formam parte das comissões temáticas, porque o Cons. Armando informou-lhe a Comissão da qual ele formava parte não estava a funcionar. O Cons. António Freitas respondeu que o Conselheiro em questão é sempre convidado a participar das reuniões, mas que lamentavelmente não tem assistido. O Cons. Paulo Martins informa que mantém contacto com o Cons. Manuel Viegas da CT de educação, mas

com os outros conselheiros o contacto é muito pouco. O Cons. Amadeu Batel considera que os pareceres das Comissões Temáticas são pobres, alguns estão fora de contexto, e muitos dos temas não são bem refletidos. Indica que as Comissões Temáticas têm o seu valor mas não cumpriram a sua função. A Cons. Maria de Lurdes demanda ao Cons. Amadeu Batel que indique especificamente qual é a função da Comissão Temática. O Cons. esclarece que a função é a de acompanhar diariamente ou semanalmente as políticas do governo e dos partidos políticos nas várias áreas temáticas e depois emitir os pareceres sobre estas políticas. Deve haver outra abordagem. O Cons. Flávio Martins participa que fica a aguardar pelas conclusões e pareceres da Comissão Temática em falta e dá por finalizado o debate sobre este ponto passando ao ponto 7) Assuntos Gerais. O Cons. Flávio Martins informou que esteve reunido no Rio de Janeiro com o Presidente da Assembleia Regional da Madeira e que este lhe manifestou que deveriam existir na Assembleia da Região pelo menos dois deputados eleitos pelas Comunidades Madeirenses espalhadas pelo mundo. O Cons. Flávio Martins participou-lhe que este tema tem sido muitas vezes debatido no CCP durante estes anos e que o ano passado o CPCCP pediu a presença de algum representante das Comunidades Madeirenses na reunião em Lisboa e nunca se teve resposta positiva. Uma Conselheira madeirense presente nesta visita pediu para informar o que tinha contactado porque desconheciam esse pedido. O Cons. Manuel Coelho disse ter contactado o Sr. Rui Abreu, quem é uma espécie de SE das Comunidades Madeirenses, pois os Conselheiros das Comunidades Madeirenses são nomeados por este senhor. Aparentemente ele não informou do pedido. A Cons. Rita Santos notificou sobre o mau funcionamento do Consulado em Macau e expressa não haverem muito boas relações com o novo Cônsul, Dr. Alexandre Leitão. Considera também que devido a vários inconvenientes o Consulado Virtual não é o mais ideal. A Cons. Ligia Fernandes indicou que o dia 10

de Junho foi muito bem sucedido na África do Sul. O Cons. Paulo Martins opina que a Comissão Cívica e de Assuntos Consulares deveria emitir um parecer sobre o e-cônsul devido a alguns problemas apresentados. Comenta que mesmo com todos os inconvenientes deve-se continuar com a luta e não desanimar. O Cons. Amadeu Batel reflete sobre qual será o momento em que as comunidades passam a serem importantes para o governo, porque até agora considera que não são, no entanto finaliza com uma máxima “ põe tudo quanto eres no mínimo que fazes”. Todos os presentes concluíram que foi uma reunião muito positiva. O Cons. Flávio Martins agradece a presença de todos e comunica que chegará no dia 3 por volta das 11 horas. Indica ao Cons. Paulo Martins para officiar a CT Cívica e de Assuntos Consulares para emitir então um parecer sobre o e-cônsul até ao fim do mês e finaliza manifestando a sua dúvida quanto ao futuro do CCP em que espera que não se volte ao passado donde as posições partidárias e pessoais estavam acima das posições coletivas do CCP. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h00 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

